

O SACERDÓCIO: UMA APROXIMAÇÃO ENTRE DOM HELDER CÂMARA E SANTO AGOSTINHO

Marcos Roberto Nunes Costa¹

RESUMO

A presente comunicação tem por objetivo relacionar a pessoa de Dom Helder Câmara com Santo Agostinho, notadamente no que se refere à visão sacerdotal desses dois grandes nomes de Igreja Católica, buscando fazer uma aproximação ou demonstrar os pontos convergentes entre ambos, apesar da distância ou do contexto histórico em que cada um viveu.

PALAVRAS-CHAVE: Dom Herder Câmara; Santo Agostinho; sacerdócio.

Priesthood: an approach between Dom Helder Câmara and St. Augustine

ABSTRACT

This communication aims to relate the person of Dom Helder Câmara with St Augustine, notably concerning priestly vision of these two big names of the Catholic Church, seeking to approximate or demonstrate converged between both points, despite the distance or the historical context in which each lived.

KEY WORDS: Dom Helder Câmara; St. Augustine; priesthood.

Introdução

A princípio, se considerarmos o fato de que Dom Helder Câmara foi educado em um período em que a formação filosófico-teológica de um padre era eminentemente tradicional, predominando o modelo jesuítico-tomista, e isso fica bem claro quando de seu gosto pela leitura de autores como Jacques Maritan, Leonel Franca, etc., que aparecem, inclusive, grifados e comentados em sua biblioteca particular,

¹ Professor de Filosofia Medieval da UFPE. Líder do Grupo de Estudos e Pesquisas em Filosofia Antiga e Medieval – GEPFAM/UNICAP/CNPq, Ex-Presidente da Sociedade Brasileira de Filosofia Medieval – SBFM Atual Coordenador do Curso de Fil. da UFPE. E-mail: marcosnunescosta@hotmail.com

podemos supor que o modelo de sacerdócio que ele incorporou ou tomou como referência para si está alicerçado nos chamados Padres da Igreja², com quem, apesar das adaptações para os tempos modernos, teve grandes semelhanças, de forma que, com as devidas ressalvas, pode-se classificá-lo como um dos Padres da Igreja, ou pelo menos um “moderno Padre da Igreja”, já que conservou muitas características dos Padres da “Tradição” e, ao mesmo tempo, os superou para atender às exigências dos tempos modernos, o que faz dele, por um lado, um “padre tradicional” – basta tomar como exemplo o fato de nunca ter abandonado a batina – e, por outro lado, como homem de seu tempo, um “padre moderno”, envolvido com temas e defendendo posições tipicamente modernas, jamais vistas nos Santos Padres da Tradição Cristã.

No presente trabalho, como não podemos examinar e apresentar todos os aspectos que envolvem a pessoa de Dom Helder, bem como relacionar com todos os Padres da Igreja, tomar-se-á como ponto de delimitação de nosso estudo apenas o aspecto sacerdotal, com o qual será relacionado, ou buscar-se-á fazer ponte com Santo Agostinho, o mais famoso dos Padres da Patrística.

1 O amor fraterno: fundamento da vida sacerdotal, segundo Agostinho e Dom Helder Câmara

Em seu sistema doutrinário, Santo Agostinho, um dos principais Padres da Patrística, coloca o amor ou a caridade cristã como fundamento de todo o agir humano, incluindo aí a vida sacerdotal. Ele - o

² Uma de suas Cartas Epistolares (Ep. 06) demonstra a grande admiração que Dom Helder tinha para com os Santos Padres da Igreja, quando ali elogia o livro do teólogo De Lubac, que chamava a atenção para a necessidade de se voltar aos Santos Padres da Patrística na interpretação da *Sagradas Escrituras* (Cf. Carta 06. In: CÂMARA, Dom Helder. Vaticano II: correspondência conciliar: circulares à família de São Joaquim (1962-1964). In: _____. **Obras completas**. Introd. e notas de Luiz Carlos Luz Marques. Recife: CEPE, Ed. Universitária da UFPE, Instituto Dom Helder Câmara, 2004. vol. I, Tomo 1, p. 24-25).

amor - é a medida e o peso da vontade humana, daí dizer nas *Confissões*: “o meu amor é meu peso, por ele sou levado aonde quer que eu vá” (*Conf.*, XIII, 9)³. Para o Santo Doutor, o amor está na própria natureza humana, trata-se de um apetite natural, pressuposto pela vontade livre, que deve, iluminada pela luz da razão, orientá-la, finalmente, para Deus. O amor é, pois, uma atividade decorrente do próprio ser humano. Donde se deduz que, tendo-se no fundo do coração a raiz do amor, dessa raiz não pode sair senão o bem, o que resulta na tão citada máxima agostiniana, encontrada em vários escritos seus, mas, principalmente, no *Comentário à 1ª Epístola de São João*: “ama e fazes tudo o que queres” (*Inarr. 1ª Ep. Ioan.*, VII, 9).

Assim, toda doutrina de Santo Agostinho e sua visão de sacerdócio está centrada no princípio do amor ou caridade cristã, segundo a qual se deve “*amar a Deus sobre todas as coisas e ao próximo como a si mesmo*” (Mt 22,34-40). Por isso, começa sua *Regra*, dizendo: “irmãos caríssimos, antes de tudo amai a Deus e, depois, ao próximo” (*Reg.*, prólogo 1). O amor é o início, o meio e o fim de todo agir humano, não só na vida sacerdotal, mas em toda caminhada do homem neste mundo rumo a Deus. Daí suas sábias palavras: “se silencias, silencia por amor; se falas, fala com amor; se corriges, corrige com amor; se perdoas, perdoa com amor...” (*Inarr. 1ª Ep. Ioan.*, VII, 8)⁴.

Aqui, não resta dúvida de que há uma grande aproximação entre Santo Agostinho e Dom Helder, o qual, nos tempos modernos, fez do amor a regra número um de seu agir humano, de sua vida sacerdotal.

³ E no *Sobre a Cidade de Deus*: “as tendências dos pesos são como que os amores dos corpos, quer busquem, por seu peso, descer, quer busquem, por sua leveza, subir, pois como o ânimo é levado pelo amor aonde quer que vá, assim também o corpo é por seu peso” (*De civ. Dei*, XI, 28).

⁴ Sobre a importância do amor em toda a doutrina agostiniana, indica-se a tese doutoral: ARENDT, Hannah. **O conceito de amor em Santo Agostinho**: ensaio de interpretação filosófica. Trad. de Alberto Pereira Dinis. Lisboa: Instituto Piaget, 1997, 189 p. e nossos artigos: COSTA, Marcos Roberto Nunes. O amor, fundamento da moral

2 A comunhão fraterna: segunda condição da vida sacerdotal, segundo Agostinho e Dom Helder Câmara

No primeiro capítulo de sua *Regra*, Santo Agostinho apresenta a via ou caminho para que o sacerdote cumpra aqui na terra o princípio de “*amar a Deus sobre todas as coisas e ao próximo como a si mesmo*” (Mt 22,34-40), a saber: *a comunhão fraterna com os demais irmãos religiosos e com a comunidade de fiéis, na oração e na partilha dos bens materiais*. Essa é condição indispensável para se viver bem neste mundo e alcançar a “verdadeira felicidade”, na vida eterna, finalidade última de todo homem vindo a este mundo.

Aqui, embora diga que, na ordem dos valores, o amor a Deus seja incondicional - “a medida do amor a Deus é amá-lo sem medida” (*Ep.* 109) - contudo, como esse princípio deve ser vivido por homens concretos, em comunhão com outros homens concretos, Santo Agostinho transforma o princípio em uma “regra prática”, invertendo o preceito da caridade, ao dizer: “embora o amor a Deus seja o primeiro na ordem da importância, na prática, é começando pelo segundo que se chega ao primeiro amor” (*Serm.*, 265, 9); ou seja, “o amor a Deus é o primeiro que nos é prescrito, o amor ao próximo é o primeiro que se deve praticar” (*Inarr. 1ª Ep. Ioan.*, VII, 8). Dai, citando o apóstolo João, dizer: “se alguém disser; ‘amo a Deus, mas odeio o meu irmão’, é mentiroso [...]. Pois quem não ama seu irmão, a quem vê, a Deus que não vê, não poderá amar” (*Ibid.*, IX, 10)⁵.

interior em Santo Agostinho. **Revista Teo-Comunicação - PUCRS**. Porto Alegre, v. 28, n. 121, p. 357-368, jul./set. 1998a. ; _____. O amor enquanto fundamento ético-moral de socialização do homem: a dimensão social do amor em Santo Agostinho. **Cadernos da ESTEF**. Porto Alegre, v. 2, n. 21, p. 54-63, jul./dez. 1998b..

⁵ Igualmente noutra passagem, falando da Igreja como um “corpo místico”, o “Corpo de Cristo”, na qual o Cristo é a Cabeça e os fiéis são os membros, que devem conviver organicamente unidos para que haja saúde, diz que quem não ama um, não ama o outro, ou não se pode amar a um desprezando-se o outro: “Se amas a Cabeça, uma também os membros, pois, se não amas os membros, não amas nem mesmo a Cabeça” (*Inarr. 1ª Ep. Ioan.*, X, 3). E mais adiante completa: “É como se alguém quisesse beijar-te a cabeça, pisando-te nos pés” (*Ibid.*, X, 8).

Portanto, o próximo é condição ou o caminho para se alcançar a Deus. E esse próximo pode ser qualquer pessoa, mas, preferencialmente, o pobre: “o caminho do céu é o pobre, por quem chegaremos ao Pai. Começa a partilhar com ele, se não quiseres errar o caminho” (*Serm.*, 300, 77)⁶.

Como se vê, para Santo Agostinho, a vida sacerdotal não implica cair num subjetivismo solipsista. Não significa, apenas, viver solitário, no mundo da oração ou contemplação, mas, também, ser solidário com os outros, em comunhão fraterna com os irmãos, como diz o próprio Santo Agostinho, em sua *Regra*: “vivei todos em união de alma e de coração e honrai uns nos outros a Deus, de quem vos tornastes templo (*Reg.*, I, 9)⁷.

Entretanto, para Santo Agostinho, a comunhão fraterna não é só um estado de espírito, é necessário, igualmente, viver na prática esse princípio fundante. Por isso prega, também, como segundo pressuposto da vida comunitária, a comunhão dos bens materiais, ao dizer: “e não chameis nada de próprio, mas antes, entre vós tudo seja comum” (*Reg.* 1, 4)⁸.

⁶ A exemplo de Agostinho, em suas Correspondências Conciliares, escritas durante a construção do Concílio Vaticano II, Dom Helder Câmara relata seus sonhos de uma Igreja que lute em defesa dos pobres. É o que vemos na Carta 12: “Perdoem os sonhos. Há tanta pureza de intenção, tanto amor à Igreja, tanto sonho de vê-la à frente da luta pelos humildes e pelos pobres! Ajudem ao máximo daí! Sem sacrifício e sem oração, não vai” (CÂMARA, *In*: 2004, vol. I, Tomo 1, p. 40).

⁷ Por isso dizer CILERUELO, Lope. **Comentario a la Regra de san Agustín**. Valladolid: Studio Agustiniano, 1994, p. 22: “para Santo Agostinho, o religioso é um solitário-solidário por excelência”.

⁸ Por isso comenta BOFF, Clodovis. **A via da comunhão de bens**: a *Regra* de Santo Agostinho comentada na perspectiva da teologia da libertação. Petrópolis: Vozes, 1988, p. 49: “sem a união dos corações, a vida religiosa não te vida. Mas, também, sem a união concreta em torno dos bens materiais, a comunhão espiritual torna-se mentira, hipocrisia. A comunhão dos bens é, pois, a encarnação viva da comunhão de coração”.

Santo Agostinho está convencido de que a comunhão material é condição indispensável para a vida sacerdotal. O seu contrário, a propriedade privada, que tem sua origem na soberba – “a raiz de todo pecado é cobiça (1 Tm 6, 10) – divide as pessoas, como diz no *Comentário aos Salmos*: “a propriedade privada, à medida que é assumida, faz a pessoa soberba” (*Inarr. Ps.* 131, 7). E mais adiante completa: “é por causa da propriedade privada que existem as disputas, as inimizades, as discórdias, as guerras entre os homens, as iniquidades [...]. Felizes os que não se alegram com suas coisas privadas, pois assim eles dão lugar ao Senhor” (*Ibid.*, 135, 5)⁹.

E o próprio Santo Agostinho, como Bispo, dava exemplo de despojamento e vida comum, quando, aconselhando aos fiéis sobre o que dar-lhe como presente, diz:

Que ninguém me dê uma capa ou qualquer outra coisa que somente eu possa usar. Tudo que recebo, aceito-o para a comunidade, pois tudo que tenho desejo tê-lo em comum. Se alguém me der um presente que, por sua qualidade, não seja conveniente ao uso dos irmãos, vendê-lo-ei, o quanto antes, para que ao menos o dinheiro de sua venda possa converter-se ao bem comum (*Serm.*, 356,13).

O que não significa que Santo Agostinho pregasse e vivesse uma pobreza radical, mas uma condição humilde de vida, sem excessos, nem faltas, ou um justo equilíbrio entre a necessidade e o supérfluo. Como já vimos, pobreza para ele era, antes de tudo, sinônimo de despojamento e libertação do espírito com relação à tirania das coisas, dos desejos desnecessários, do apego ao supérfluo. Por isso adotava para si e sua comunidade religiosa a máxima estoica de que “é melhor precisar de menos do que ter mais” (*Reg.*, II, 18).

⁹ E ainda: “quem quer dar lugar ao Senhor deve encontrar sua felicidade, não no que é privado, mas no que é comum” (*In Ps.*, 131, 6). Igualmente no *Sobre o Gênesis ao Pé da Letra*, diz: “quando a soberba decai do comum ao próprio, esse amor é ruinoso para ela mesma. Porque o perverso amor a si próprio o priva da santa conveniência. Contrária a essa peste é a caridade, que não busca coisas privadas, quer dizer, não se regozija na excelência privada” (*De Gen.*, *ad litt.*, XI, 15,19).

Por isso Santo Agostinho não via problema nenhum em se desfazer de doações e bens da Igreja local para assistir os pobres. Segundo Possídio, Bispo de sua comunidade e seu primeiro biógrafo, em momentos de crises econômicas, como secas, guerras etc., Santo Agostinho chegou a vender alguns bens da Igreja, inclusive “chegou a quebrar e fundir vasos sagrados, para distribuir com os necessitados”¹⁰.

E aqui temos mais um ponto de aproximação entre Dom Helder e Agostinho, o qual fez da vida comunitária – na oração e na partilha dos bens – uma regra de vida, inclusive, a exemplo de Santo Agostinho, chegou a doar bens da Igreja ou seus para ajudar aos irmãos necessitados, como, por exemplo, com o dinheiro do prêmio que recebeu comprou uma propriedade e assentou vários trabalhadores sem terra¹¹.

É certo que Santo Agostinho não pregava uma pobreza radical para os sacerdotes, nem o ódio aos ricos, mas uma condição humilde ou uma vida sóbria, sem excessos, nem faltas, ou o justo equilíbrio entre a necessidade e o supérfluo. Dentro dessa ótica, pobreza, para Santo Agostinho, é antes de tudo sinônimo de despojamento e libertação do espírito com relação à tirania das coisas, dos desejos desnecessários, do apego ao supérfluo. Por isso adota em sua *Regra* a máxima estoica de que “é melhor precisar menos do que ter mais” (*Reg.* III, 8). Só

¹⁰ Cf. POSSÍDIO. *A vida de Santo Agostinho*. Trad. das Monjas beneditinas. São Paulo: PAULUS, 1997, p. 68.

¹¹ Ver a preocupação de Dom Helder Câmara para com a comunhão entre seu clero e os religiosos, e destes com a comunidade dos leigos, em seu discurso de posse na Arquidiocese de Olinda e Recife, onde diz “Em nossa arquidiocese o Colegiado Episcopal se completará pelo Presbitério, comunidade entre o bispo e seus sacerdotes diocesanos, em união sincera e sobrenatural com os sacerdotes do Clero religioso. Que os meus padres saibam que, com a graça divina, chegaremos a uma fraternidade total e a um clima de coresponsabilidade, confiança, diálogo adulto, serviço... Quanto às religiosas, avanço, desde já, que elas são simplesmente indispensáveis aos nossos planos de apostolado... Acrescento, de uma vez por todas, que não só sabemos que o leigo tem, na Igreja, missão própria e insubstituível, mas que, sobretudo a ele cabe dar testemunho cristão nas tarefas de civilização” (MENSAGEM de Dom Helder Câmara na tomada de posse como arcebispo de Olinda e Recife. In: POTRICK, Maria Bernarda *et al.* **Dom Helder, pastor e profeta**. São Paulo: Paulinas, 1983. p. 126).

num segundo momento, prega a pobreza do ter, quando recomenda para os irmãos confrades, e adota para si, a comunhão dos bens, conforme vemos no *Sermão* 356: “Ninguém se faça dono de um manto ou de uma túnica ou de qualquer outra coisa que seja, senão para ser colocada em comum; eu mesmo, recordando o meu propósito de ter em comum tudo aquilo que tenho, tomo o guarda-roupa comum...” (*Serm.*, 356, 13). Daí dizer o comentador Clodovis Boff: “pobreza aqui – em Santo Agostinho – é mais uma questão de ter em comum do que não ter. A ênfase da *Regra* não é a pobreza em si, mas a comunhão dos bens”¹².

Assim, num primeiro momento, Santo Agostinho diz que não basta ser pobre no nível econômico. Importa, primeiro, ser pobre no nível espiritual, em termos de pobreza do apego e do desejo, ou seja, “dado que não podemos eliminar a propriedade privada, eliminamos, ao menos, o apego que a ela nos ata (*In Ps.* 131, 6). Pois, de que vale ser pobre de bens e ganancioso e avarento de espírito, ou “que adianta não ter dinheiro, mas estar cheio de cupidez?” (*Inarr. Ps.* 51, 14)¹³. E mais adiante completa: “não é louvável no pobre a sua pobreza, mas a sua humildade; nem condenável no rico a sua riqueza, mas seu orgulho (*Ibid.*, 85,3)¹⁴.

E num sentido contrário, ou fechando a circularidade dialética, para não cair num puro subjetivismo, Santo Agostinho complementa com a necessidade da pobreza do ter. Pois, também não adianta ser pobre de espírito e viver submerso na riqueza real. Por isso, adverte aos ricos de que não devam gloriar-se em fazer caridade, pois, “de que adianta despojar-se dos bens para dá-los aos pobres e fazer-se pobre, se a alma, na sua miséria, se torna mais orgulhosa em desprezá-

¹²BOFF, 1988, p. 52.

¹³ Também noutros lugares dá prioridade à pobreza do ser antes que do ter, por exemplo: “Procuro um pobre. Não um pobre aparente, que há milhares, mas um pobre de verdade, de consciência. Não um pobre-rico, mas um pobre-pobre” (*Serm.*, 14,4).

¹⁴ E no *Sobre os Costumes da Igreja Católica e os Costumes dos Maniqueus*: “há mais mérito em alguém não se apegar aos bens que possui do que não possuir bens aos quais se apegar” (1, 23).

los do que em possuí-los?” (*Reg.* I, 9). Por isso, aos que se candidatavam a vida religiosa em seu mosteiro, recomendava o duplo caráter da pobreza: a do ser e a do ter, advertindo a todos da necessidade da humildade: aos pobres, para que “não busquem na vida religiosa aquilo que fora não podiam ter (*Reg.*, 6). Os ricos, por sua vez, “não devem gloriar-se, por terem trazido e colocado em comum na vida religiosa os seus bens” (*Reg.*, 8). Pois, para Santo Agostinho o pior dos males é a soberba, que se pode ter até mesmo no praticar coisas boas: “os outros vícios são temíveis nos pecados; o orgulho, porém, o é nas próprias obras boas” (*Ep.* 118, 22).

E o próprio Santo Agostinho dava exemplo de uma vida sóbria, equilibrada, sem exageros, sem vaidades. É o que nos mostra seu primeiro biógrafo Possídio, ao narrar que “suas vestes e calçados eram modestos: nem refinado, nem relaxados [...]. Nisso mantinha uma posição de equilíbrio, não exagerando nem para direita nem para esquerda”¹⁵. Ou segundo o seu próprio depoimento ao recusar um presente luxuoso: “isto não serve para mim, isto é, para um homem pobre, nascido de pais pobres. Não iriam dizer que encontrei aqui as roupas enfeitadas que nunca consegui ter na casa de meu pai, nem em minha antiga profissão?” (*Serm.*, 356, 8). E, aconselhando aos fiéis sobre o que dar-lhe como presente, conclui: “dá-me, de preferência, uma túnica bem simples, que eu possa usar ou dar de presente a um pobre, a um diácono ou a um subdiácono, se não eu a devolverei. Uma veste luxuosa me cobre de vergonha e não convém à minha função de Bispo” (*Serm.*, 356, 13)¹⁶.

¹⁵ POSSIDIO, 1997, p. 63.

¹⁶ Dom Helder Câmara parecia concordar em gênero e grau com Agostinho, quando, a exemplo do Santo, vivia uma vida de pobreza, sem exageros nem excessos. E mais do que isso, ao sonhar não só para si, mas para todos os membros da Igreja igual modo de vida. É o que vemos em uma de suas Correspondências Conciliares (Carta 17), escrita durante a construção do Concílio Vaticano II, em que diz: “No Evangelho, o diácono, no pedir-lhe a bênção, beija-lhe o pé... De novo, peço que não interpretem mal estas palavras. Não me imaginem amargo e cheio de travo. Sinto o que, no íntimo, o Papa há de ter experimentado. E sonho com o dia em que o Vigário de Cristo possa ser livre de um fausto que faz o gáudio dos grã-finos e nobres, e escandaliza os pequeninos e os sem-fé” (CÂMARA, *In*: 2004, vol. I, Tomo 1, p. 78).

Por isso, para Marrou,

é errônea a imagem que os artistas da Idade Média e dos tempos modernos pintaram de Santo Agostinho, como um Bispo vestido pomposamente com trajes episcopais, com capa, mitra e báculo, como se tratasse de um Bispo de hoje, mas devemos imaginá-lo, sem embargo, vestindo túnica de lã branca e calçando sandálias. Mas sua túnica é uma túnica com mangas, ajustada e costurada; um verdadeiro *sagum* e não uma túnica de pregas que vestiam Pércles e Cícero. Até o anel episcopal, que trazia o perfil de um rosto humano, e de que se servia para selar os papéis, nunca o trazia no dedo¹⁷.

Aqui, mais uma vez, vemos um ponto de convergência entre Agostinho e Dom Helder, quando este, embora tenha vivido uma vida de pobreza, não condenou totalmente a riqueza. A esse respeito, pregou antes a pobreza do ser do que do ter. E assim conviveu em grande harmonia com pobres e ricos, buscando conscientizar a ambos da necessidade do justo equilíbrio entre a pobreza do ser e do ter.

3 O poder como serviço: terceira condição da vida sacerdotal, segundo Agostinho e Dom Helder Câmara

Diferentemente de Dom Helder Câmara, Santo Agostinho, mesmo depois de convertido, não desejava ser clérigo, e mesmo quando foi forçado para tal, relutou em aceitar, tanto no sacerdócio, como, depois, no episcopado, segundo Agostino Trapè, por dois motivos:

... pela responsabilidade sacerdotal, que julgava superior às suas forças, e pelo contraste, que considerava insuperável, pelo menos num primeiro momento, entre o ideal monástico, o qual não queria renunciar, e o ministério sacerdotal¹⁸.

¹⁷ MARROU, Henri-Iréné. **Santo Agostinho e o agostinianismo**. Trad. de Ruy Flores Lopes. Rio de Janeiro: Agir, 1957, p. 7.

¹⁸ TRAPÈ, Agostino. **Santo Agostino: l'uomo, il pastore, il místico**. Fossano: Editrice Esperienze, 1971, p. 167. É por isso que, a exemplo de Dom Helder Câmara, Santo Agostinho, como sacerdote e bispo, nunca dissociou vida ativa e vida contemplativa, ou ação e oração. O próprio Agostinho, no tratado *Sobre a Cidade de Deus*, diz: “o amor

Quanto ao primeiro – responsabilidade sacerdotal –, sempre teve consciência de que o sacerdócio é, antes de tudo, um serviço, uma responsabilidade, antes que um privilégio ou honra, conforme diz em uma de suas *Epístolas*:

Nesta vida, e, sobretudo, nestes tempos, não há nada mais honorífico para um homem do que a dignidade de bispo, de padre ou diácono. Mas igualmente não há nada mais miserável, prejudicial e reprovável aos olhos de Deus, se isto é feito com desleixo ou por vil ambição (*Ep.* 21, 2).

Quanto ao segundo, inspirado nos filósofos místico-ascéticos neoplatônicos, desejava ardentemente uma vida tranquila, um “ócio filosófico”, dedicado ao estudo de questões filosóficas e à meditação (oração) das *Sagradas Escrituras*, e isso parecia incompatível, pelo menos num primeiro momento, com a vida sacerdotal, uma vez assumida como um serviço e não como uma hora ou privilégio. É o que nos diz em *Sermão*:

A ninguém mais do a mim agradaria a quietude e a tranqüilidade da contemplação. Nada de melhor, nada de mais doce que escutar o divino tesouro longe do rumor do mundo. É coisa doce, é coisa boa. Ao contrário, pregar, reprovar, corrigir, edificar, atender às necessidades de cada um é um grande peso, uma grande carga, uma grande fadiga. Quem não fugiria desta fadiga? (*Serm.*, 339, 4)¹⁹.

verdadeiro busca a quietude da contemplação (*otium sanctum*), a necessidade do amor aceita a atividade do apostolado (*negotium iustum*). Se ninguém nos impõe este fardo, apliquemo-nos ao estudo e à contemplação da verdade; mas e nos vem imposto, devemos aceitá-lo pela necessidade da caridade. Todavia, também nesse caso, não devemos renunciar completamente a alegria da verdade, a fim de não suceder que, privados daquela doçura, fiquemos oprimidos por essa necessidade” (*De civ. Dei*, XIX, 19).

¹⁹ Alias, Agostinho sempre fala do sacerdócio como um fardo, uma vez que sonhava com a vida contemplativo, mas uma vez aceitando, faz dele um serviço exercido com amor e responsabilidade. É o que nos diz na *Epístola* 48, dirigida a Eudósio, Abade de Capraia: “Rogamo-vos (...) de recordar-nos nas vossas orações, que cremos serem por vós elevadas com a maior vigilância e atenção, enquanto as nossas caem carregadas e debilitadas pela névoa e o tumulto dos processos seculares (...) somos assediados por tantas questões que apenas podemos respirar” (*Ep.* 48, 1).

Alias, Agostinho sempre fala do sacerdócio como um fardo²⁰, uma vez que sonhava com a vida contemplativo, como, por exemplo, na *Epístola* 48:

Se a Igreja mãe pedir os vossos serviços, não os aceiteis pela ávida cobiça de subir, nem refuteis pelo sedutor desejo de não fazer nada, mas obedeci com humilde coração a Deus... Não anteponeis a quietude de vossa contemplação às necessidades da Igreja (*Ep.* 48, 2).

O importante é que Agostinho faz do sacerdócio um serviço, que deve ser exercido com responsabilidade. O qual para que seja exercido com plenitude, sem cair num puro ativismo, deve ser nutrido pelo amor, alimentado e fundamentado nas *Sagradas Escrituras*, fechando a circularidade ou necessidade de uma relação íntima entre ação e contemplação. Por isso, ao lado do seu atribulado trabalho pastoral, quando além de Bispo era, também, Juiz da cidade [uma espécie de Juiz de Paz, na linguagem de hoje], sempre encontrou tempo para a oração e o estudo de temas filosófico-teológicos, chegando a escrever cerca de 150 obras, sem contar as centenas de cartas e sermões. Tudo isso para servir melhor. Afinal, o estar a serviço do povo (da Igreja) é um tema habitual no seu pensamento. Até se pode dizer que constituía a raiz de sua visão sacerdotal.

²⁰Segundo Agostino Trapè (1971, p. 192), para um homem da têmpera de Agostinho, que não se dobrava ante os serviços e as querelas doutrinárias de seu tempo, era natural que considerasse o sacerdócio como um peso, pois “ao Bispo cabiam a predicação, a catequese, os sacramentos, o cuidado aos pobres, a defesa dos humildes e dos pequenos, a formação do clero, a visita aos enfermos, a administração dos bens eclesiais, e, sobretudo, a administração da justiça. Eram tarefas que requeriam tempo, empenho, energia. Sem dizer do trabalho mais universal de defender a integridade da fé contra as heresias, e a unidade da Igreja contra os cismas. Era particularmente pesada para Agostinho – e podemos que fosse para ele somente – a administração da justiça. Sentar-se por horas e horas no tribunal, escutar, admoestar, decidir, era tarefa fadigosa e extenuante. Agostinho se mantinha ali sem descanso, dedicando-lhe grande parte da jornada, às vezes até à hora da refeição, por vezes por todo o dia em jejum”. Para maiores informações sobre a função de Juiz exercida por Agostinho ver, também, POSSIDIO, 1997, p. 61 e nossa obra COSTA, Marcos Roberto Nunes. **Santo Agostinho**: um gênio Intelectual a serviço da fé. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1999, p. 130-31.

Em síntese, a exemplo de Dom Helder Câmara, Agostinho tinha uma agitada vida ativa, envolto nas mais variadas questões pastorais, mas nutrida ou guiada por uma profunda vida contemplativa. Pois, coincidentemente, por um problema de saúde, dormia poucas horas na noite, quando aproveitava para dedica-se à oração e ao estudo das *Sagradas Escrituras*²¹.

Como Bispo, sentia-se antes de tudo servidor da Igreja de Hipona: “devo ser solícito principalmente pela Igreja que me foi confiada, de quem sou servidor e a quem desejo não tanto presidir quanto servir (*Ep.* 134,1). Donde nasce a máxima: “presidir é servir”. Por isso recomendava aos que escolhia para liderar em sua comunidade religiosa: “quanto propriamente ao que preside à comunidade, não busque sua satisfação em dominar com poder, mas sim em servir por amor” (*Reg.* VII, 46).

Assim, se o Bispo de Hipona sentia fortemente o peso do sacerdócio, visto como serviço, a ele acrescentava o princípio do amor ao próximo, do qual emanava toda energia para exercer essa fatigante função. Daí, em sua obra *Sobre os Bens da Viuvez*, defender que “quando se faz algo por amor, ou não se sente a pena ou se ama senti-la” (*De bon. vid.*, 21,26).

Por isso, apesar de considerar a função de bispo uma fadiga, obedecendo ao chamado de Deus, aceitou-a e cumpriu-a com grande amor, como um serviço à Igreja, conforme diz em uma de suas *Epístolas*:

²¹Comentado a íntima relação entre vida ativa e vida contemplativa em Agostinho, diz CILLERUELO, 1994, p. 287: “A fórmula agostiniana é redonda: a contemplação é o ideal, que só se realiza plenamente na vida eterna, enquanto que a ação é uma necessidade imposta pela caridade. Assim acentuava a diferença entre o sábio clássico e o santo cristão. Mas não se trata de uma disjunção, como se fosse obrigado optar por uma vida de ação ou de contemplação, senão que hão de ir juntas cumprindo cada uma função própria, como a alma e o corpo. A vida ativa recebe seu sentido e valor na contemplação, e a contemplação não teria sentido e valor desligada das exigências da caridade”.

Porquanto, no que toca à minha comodidade, prefereria muito mais trabalhar com as mãos todo dia e hora determinada, como se faz nos mosteiros bem-ordenados, e ter, depois, outras horas livres para ler e orar ou para estudar as Escrituras, ao invés de sofrer o tormento e perplexidade das questões alheias... Mas - continua – somos os servos da Igreja e servos, sobretudo, dos seus membros mais débeis (*Ep.* 29, 37).

Daí, sintetizando, de forma magistral, a concepção agostiniana de sacerdócio, diz o comentador Agostino Trapè: “o sacerdócio foi para ele um peso, uma *sarcina*. Nunca o desejou, embora o tivesse aceito por amor e exercido como amor”²².

E assim se sentia e se proclamava: “servo de Cristo” e, em seu nome, “servo dos servos” (*Ep.* 217), especialmente os pobres, tirando para si e para os outros as consequências, inclusive de não considerar como Bispo a quem desejava presidir e não servir. E nos dá a razão: “Bispo é um título de serviço, não de honra” (*De civ. Dei*, XIX, 19).

E sua posição era tão radical que, mais tarde, no final da Idade Média, Guilherme de Ockham (séc. XIV), criticando a postura dos Papas da época (João XXII), o qual advogava para si a “plenitude do poder”, ou para mostrar que o Papado foi instituído em vista do bem comum dos súditos e não para honra ou proveito de alguém, cita uma das obras de Agostinho, o qual, comentando a passagem do Apóstolo: “*quem não entre pela porta*” (Jô 10,1), teria dito:

‘Quem não entra pela porta’, mas sobe ‘por outra porta’, isto é, quem não entre pelo chamado do povo, pela eleição dos irmãos, pela provisão de Cristo, mas por prêmio ou pela força dos parentes ou do poder, este não é pastor, mas ladrão e salteador. Demonstra-se, pois, que alguém é pastor, somente se guardar as ovelhas, protegendo, defendendo e vigiando, se não procura os ganhos terrenos, mas os celestes, se não defender os seus interesses, mas os dos outros, de

²² TRAPÈ, 1971, p. 189.

tal modo que não deseje o episcopado pela ambição do dinheiro, mas para aumentar a fé do povo, a fim de que com os fiéis e para eles receba a retribuição eterna; não para ser senhor, mas pai; não para castigar e perseguir, mas para nutrir... Não convém a um bispo odiar a alguém, mas amar a todos, incentivar os bons, corrigir os maus... Os bispos não foram constituídos para dominar sobre o clero, mas para serem modelos de todos e para, com seu exemplo, edificarem a todos e não perderem ninguém... O bispo será réu de tantos homicídios quantos forem os que vierem a perder-se por seu mau exemplo ou não guardar com sua vigilância. Cristo constituiu-o guardador de almas, não cultivador de campos... Todos os que, abandonando a doutrina de Cristo, dos Apóstolos e dos Santos Padres, vivem ou ensinam de modo diferente, não são bispos, mas pseudobispos, pois não seguem nem os exemplos nem a doutrina de Cristo²³.

²³AGOSTINHO *apud* OCKHAM, Guilherme. **Brevilóquio sobre o principado tirânico**. Trad. de Luis Alberto de Boni. Petrópolis: Vozes, 1988. p. 51. (Obs: Ockham não diz a obra agostiniana de onde extraiu o trecho, apenas atribui tais palavras a Agostinho). Essa mesma passagem foi citada por Dom Helder Câmara em uma de suas Correspondências Conciliares (Carta 17), escrita durante a construção do Concílio Vaticano II, em que diz: "... estuda depois a *utilitas* e isto porque o Bispo deve servir ao bem do povo, ao bem comum. Santo Agostinho chega a dizer: 'Aquele que se chama Bispo, mas que busca '*quae sua sunt*' não é um verdadeiro Bispo!'" (CÂMARA, *In*: 2004, vol. I, Tomo I, p. 57). Ou seja, nos tempos modernos, Dom Helder Câmara via o mesmo problema ao denunciar ou criticar o distanciamento existente entre os hierarcas da Igreja e os pobres, mais preocupados com o poder e a hora do que com o serviço. É o que vemos, comentado a posição do Pe. Congar: "Como seria bom – o comentário é meu – que acabasse de vez casta de Bispos-príncipes e se firmasse para sempre a figura do pastor, do servidor, do Pai! Como seria bom que o grande e supremo cuidado de cada Bispo fosse formar equipe com seu Clero e seu Laicato para melhor servir a Deus e ao próximo! Como seria bom que os sonhos sobre pobreza da Igreja (a começar pelo Papa e pelos Bispos) passasse do complot de um pequeno grupo para resolução do Colégio episcopal!" (*Ibid.*, p. 56).

Referências

AGOSTINHO, Santo. **A cidade de Deus**: contra os pagãos. 3. ed. Trad. de Oscar Paes Leme. Petrópolis: Vozes; São Paulo: Federação Agostiniana Brasileira, 1991. v. I, 414; v. II, 589 p.

_____. **Confissões**. 9. ed. Trad. de J. Oliveira Santos e A. Ambrósio de Pina. Petrópolis: Vozes, 1988. 367 p.

_____. **Comentário da primeira epístola de são João**. Trad. introd. e notas de Nair de Assis Oliveira. São Paulo: Paulinas, 1989. 219 p.

_____. **Comentário aos salmos (Salmos 51-100)**. Trad. das Monjas Beneditinas. São Paulo: Paulus, 1997. 1202 p. (Coleção Patrística, n. 9/2).

_____. **Comentário literal ao Gênesis – Sobre o Gênesis, contra os maniqueus – Comentário literal ao Gênesis, inacabado**. Trad. de Agostinho Belmonte. São Paulo: Paulus, 2005. 659 p. (Coleção Patrística, n. 21).

_____. Cartas (1º): 1-123. *In: Obras completas de san Agustín*. Ed. bilingue. Trad., introd. y notas de Lope Cilleruelo. Madrid: La Editorial Catolica/BAC, 1986. Tomo VIII, 940 p. (livro)

_____. Sermones (5º): 273-338: Sermones sobre los mártires. *In: Obras completas de san Agustín*. Ed. bilingue. Trad. y notas de Pio de Luis. Madrid: La Editorial Catolica/BAC, 1984. Tomo XXV, 786 p.

_____. De las Costumbres de la Iglesia Catolica y de las Costumbres de los Maniqueos. *In: Obras Completas de San Agustín*. Trad. int. y notas de Teófilo Prieto. ed Bilingüe. Madrid : La Editorial Catolica/BAC, 1948, Tomo IV, p. 235-451.

ARENDDT, Hannah. **O conceito de amor em santo Santo Agostinho**: ensaio de interpretação filosófica. Trad. de Alberto Pereira Dinis. Lisboa: Instituto Piaget, 1997. 189 p.

BOFF, Clodovis. **A via da comunhão de bens: a Regra de Santo Agostinho comentada na perspectiva da teologia da libertação**. Petrópolis: Vozes, 1988. 197 p.

CÂMARA, Dom Helder. Vaticano II: correspondência conciliar: circulares à família de São Joaquim (1962-1964). In: _____. **Obras completas**. Introd. e notas de Luiz Carlos Luz Marques. Recife: CEPE, Ed. Universitária da UFPE, Instituto Dom Helder Câmara, 2004. vol. I, Tomo 1, 477 p.

CILERUELO, Lope. **Comentario a la Regra de san Agustin**. Valladolid: Studio Agustiniano, 1994. 597 p.

COSTA, Marcos Roberto Nunes. O amor, fundamento da moral interior em Santo Agostinho. **Revista Teo-Comunicação - PUCRS**. Porto Alegre, v. 28, n.121, p. 357-368, jul./set. 1998a.

_____. O amor enquanto fundamento ético-moral de socialização do homem: a dimensão social do amor em Santo Agostinho. **Cadernos da ESTEF**. Porto Alegre, v. 2, n. 21, p. 54-63, jul./dez. 1998b.

_____. **Santo Agostinho**: um gênio intelectual a serviço da fé. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1999. 215 p.

HAMANN, Adalbert G. **Para ler os Padres da Igreja**. São Paulo: Paulus, 1995. 157 p.

MARROU, Henri-Irénéé. **Santo Agostinho e o agostinianismo**. Trad. de Ruy Flores Lopes. Rio de Janeiro: Agir, 1957. 191 p.

OCKHAM, Guilherme. **Brevilóquio sobre o principado tirânico**. Trad. de Luis Alberto de Boni. Petrópolis: Vozes, 1988. 213 p.

PINHEIRO, Ernane. **Helder, o Dom**: uma vida que marcou os rumos da Igreja no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1999. 130 p.

POSSÍDIO. **A vida de Santo Agostinho**. Trad. das Monjas beneditinas. São Paulo: PULUS, 1997. 95 p.

POTRICK, Maria Bernarda *et al.* **Dom Helder, pastor e profeta**. São Paulo: Paulinas, 1983. 230 p.

SELLA, Adriano. **Ética na justiça**. São Paulo: Paulus, 2003. 120 p.

TRAPÈ, Agostino. **Santo Agostino: l'uomo, il pastore, il místico**. Fossano: Editrice Esperienze, 1971.

